

Júri de Alexandra Dougokenski é antecipado e deve acontecer no mês de janeiro de 2023

Julgamento ocorreria em abril do ano que vem

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) divulgou, no dia 2 deste mês, que o júri de Alexandra Salette Dougokenski, acusada de matar o filho, Rafael Winques, em maio de 2020, acontecerá no dia 16 de janeiro de 2023, no Salão do Júri da Comarca de Planalto. Alexandra responde de pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual.

Inicialmente, o Júri ocorreria no dia 21 de março, mas foi dissolvido após a defesa da ré abandonar o plenário. Posteriormente, o julgamento foi marcado para o dia 24 de abril de 2023. Porém, de acordo com a juíza de Direito Marilene Parizotto Campagna, titular da Vara Judicial da Comarca, o

júri pode ocorrer de forma antecipada, pois o processo está pronto para julgamento desde abril de 2021 e que, mesmo que o caso tenha tomado proporção nacional, deve se primar pelos princípios da eficiência, economicidade e da publicidade.

Ao todo, serão ouvidas em plenário 11 testemunhas, entre as arroladas por acusação e defesa. As três que não residem na comarca irão depor por videoconferência. Também foi deferida a acareação de Rodrigo Winques com Alexandra Dougokenski. O pai de Rafael, que figura no processo como assistente de acusação, deverá permanecer incomunicável até o interrogatório da ré. A acareação é um procedimento previsto no Código de Processo Penal, cuja finalida-



Alexandra Dougokenski é acusada de ter matado o filho, Rafael Winques, de 11 anos, em 2020

de é a apuração da verdade, por meio do confronto entre partes, testemunhas ou outros participantes de processo judicial, quando houver divergência nas suas declarações. Ambos poderão ficar calados se assim desejarem.

O CASO

Rafael Mateus Winques, de 11 anos, foi morto em 15 de maio de 2020, por asfixia mecânica provocada por estrangulamento. Morador da cidade Planalto, o corpo do menino foi encontrado dentro de uma caixa de papelão no terreno da casa vizinha a sua. A mãe de Rafael, Alexandra Salette Dougokenski, responde pela autoria do crime. Ela é acusada de cometer homicídio qualificado (motivo torpe, motivo fútil, asfixia, dissimulação e recurso que dificultou a defesa), ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual.



INFORMATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE FREDERICO WESTPHALEN

Câmara aprova prorrogação dos contratos de profissionais da Educação e a não suspensão no período de férias e recesso escolar

O Poder Legislativo de Frederico Westphalen aprovou na terça-feira, 6, na 41ª Sessão Ordinária do ano, a prorrogação dos contratos de 114 professores e 46 monitores da Secretaria Municipal de Educação. A proposição de lei do Executivo Municipal foi aprovada com emenda modificativa e supressiva feita pelo Poder Legislativo, que estipulou a contratação somente pelo prazo de mais seis meses, "tempo no qual a Administração Pública deverá proceder a realização do competente concurso público". A emenda também alterou o projeto original enviado à Casa para garantir a não suspensão dos contratos no período de férias e recesso escolar, o que segundo a relatora da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente (CDUSPAMA), vereadora Aline Ferrari

Caeran, poderia "gerar um passivo para o município, afrontando direitos dos contratados administrativamente".

Outro projeto aprovado na Sessão, também com emenda modificativa da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação (CCJL), foi o PL nº 123/2022, que autorizou a contratação temporária e emergencial de profissionais na área da Saúde pelo período de seis meses, apontando a necessidade da realização de concurso público para as próximas contratações.

PROJETO QUE CRIARIA MAIS UM CARGO EM COMISSÃO É REPROVADO

Por seis votos a cinco, a Câmara reprovou o PL nº 090/2022, que criaria o cargo em comissão de gestor municipal de captação de recursos e a função gratificada de gerente municipal de convênios e contratos.

MATÉRIA DO PODER LEGISLATIVO

Indicação nº 58/2022 – Solicita a elaboração de plano específico para tratamento bucal de pessoas carentes, garantindo atendimento dental preventivo, curativo e próteses, quando necessário.

MATÉRIA DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei nº 90, de 05 de setembro de 2022 – Cria cargo em comissão de gestor municipal de captação de recursos e cria função gratificada de gerente municipal de convênios e contratos (Reprovado).

Projeto de Lei Complementar 01, 23 de setembro de 2022 – Altera os artigos da Lei Municipal Complementar nº 4, que disciplina o Sistema Tributário do Município e institui o novo Código Tributário Municipal (Pedido de Vistas do Vereador Gabriel Lamonatto).

Projeto de Lei nº 122, de 21 de novembro de

2022 – Autoriza a prorrogação por mais seis meses dos contratos temporários de um assistente social e sete agentes visitadores do PIM (Aprovado).

Projeto de Lei nº 123, de 23 de novembro de 2022 – Dispõe sobre a necessidade de contratação temporária e emergencial de diversos profissionais na área da Saúde - 5 técnicos em enfermagem, 1 farmacêutico, 5 enfermeiros, 2 serventes, 5 atendentes de farmácia, 1 auxiliar de saúde bucal, 1 motorista e um médico -, com emenda modificativa que estipula o prazo de seis meses, sem prorrogação dos contratos (Aprovado).

Projeto de Lei nº 124, de 28 de novembro de 2022 – Autoriza, com emenda modificativa e supressiva do Poder Legislativo, a prorrogação de contratos de 114 professores e 46 monitores, por mais seis meses, sem a suspensão dos contratos de trabalho por dois meses como enviado pelo Executivo Municipal no projeto original (Aprovado).

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DEBATE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2023

Com um orçamento do município estimado em R\$ 160.100.000,00 para o próximo ano, a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA 2023), encaminhada pelo Poder Executivo, foi debatida em audiência pública na Câmara de Vereadores. O encontro ocorreu na segunda-feira, 5, no Plenário Hilário Piovesan e reuniu vereadores, representantes da administração municipal, entidades e comunidade. A audiência foi presidida pelo integrante da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário (CDEFECO), vereador Giovanni Sarturi, e contou com as participações do presidente do Legislativo, Leandro Mazzutti, e do vice-presidente, Belonir Vendruscolo.

Durante a audiência pública, vereadores e comunidade tiraram dúvidas e fizeram questionamentos acerca de algumas demandas, dentre elas, iluminação pública nos bair-

ros carentes, mais investimentos em turismo e em cursos profissionalizantes, aquisição de área para novo distrito industrial e realização de concurso por parte do Executivo Municipal. A população também pode fazer sua contribuição de forma virtual, nas redes sociais da Câmara, com sugestões como, por exemplo, analisar a possibilidade de o município se habilitar na Gestão Plena do SUS.

As sugestões debatidas foram constadas em ata lavrada pelo Poder Legislativo e encaminhada ao Executivo na quarta-feira, 7. Agora, caberá a administração municipal enviar uma mensagem retificativa alterando o projeto da LOA se entender pertinentes as sugestões de alterações propostas pela comunidade.

A votação da LOA 2023 será na Sessão Ordinária da terça-feira, 13, às 19 horas, na Câmara de Vereadores.